

# SOBRE OS INTERESSES DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTO “RELATÓRIO DE CAPITAL HUMANO BRASILEIRO: INVESTINDO NAS PESSOAS”

Carlos Henrique dos Santos Bezerra <sup>1</sup>  
Marilsa Miranda de Souza <sup>2</sup>

## RESUMO

Partindo do documento do Banco Mundial (2022) intitulado “Relatório de Capital Humano brasileiro: Investindo nas pessoas”, o presente artigo tem por objetivo reconhecer os interesses do imperialismo norte-americano na educação pública brasileira e, especificamente: a) relacionar o imperialismo norte-americano e a educação pública à realidade política e econômica brasileira; b) discutir a teoria do Capital Humano no contexto documento supramencionado; c) investigar os interesses econômicos do Banco Mundial no cenário educacional e seu impacto na formulação de políticas públicas em educação para a área. Esta pesquisa é, portanto, documental e bibliográfica e está alçada sob o materialismo histórico-dialético enquanto método através de suas categorias totalidade, contradição, ideologia e práxis. Portanto, o artigo parte de referenciais teórico-metodológicos marxistas: Lenin (1997; 2012), TseTung (2008) e Mariátegui (2008) como referenciais metodológicos e base para compreender o imperialismo e o capitalismo burocrático; Frigotto (1995) Lombardi (2016); Sanfelice (2016) para discutir a Teoria do Capital Humano e a influência do imperialismo na educação pública em educação. O trabalho define o capitalismo brasileiro como capitalismo burocrático atrelado ao imperialismo e subserviente desse, daí surge a interferência dos organismos multilaterais no desenvolvimento de políticas públicas em educação, alvo da investigação aqui empreendida. Relatórios como o aqui estudado têm servido de fundamento para políticas públicas em educação. Essas políticas são baseadas em teorias do imperialismo, em destaque a teoria do Capital Humano, cujo objetivo é desenvolver o capitalismo burocrático e o controle da educação pública voltada à formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Imperialismo, Capitalismo Burocrático, Banco Mundial, Capital Humano.

## INTRODUÇÃO

A crise do capitalismo desenvolveu-se de forma ainda mais aguda no contexto da pandemia de COVID-19, não exclusivamente pela questão sanitária, mas pela crise geral do capitalismo na sua fase monopolista e, por conseguinte, do capitalismo burocrático nos países semicoloniais, conforme buscaremos expor.

Nesse sentido, esse artigo explora a questão dos interesses do imperialismo através do Banco Mundial na educação pública brasileira conforme o “Relatório de Capital Humano

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR Campus Porto Velho, [henriquesantosbez@outlook.com](mailto:henriquesantosbez@outlook.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista, Professora do departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia, [msmarilsa@hotmail.com](mailto:msmarilsa@hotmail.com).

Brasileiro: investindo em pessoas” publicizado em 2022, pela agência multilateral do imperialismo. Assim, o objetivo é reconhecer os interesses do imperialismo norte-americano na educação pública brasileira e, especificamente, (a) relacionar o imperialismo norte-americano e a educação pública à realidade política e econômica brasileira; (b) discutir a teoria do Capital Humano no contexto documento supramencionado; (c) investigar os interesses econômicos do Banco Mundial no cenário educacional e seu impacto na formulação de políticas públicas em educação para a área.

Para tal, constrói-se uma pesquisa bibliográfica e documental suplantada no materialismo histórico-dialético enquanto método de pesquisa, aplicando as categorias de análise: totalidade, ideologia, contradição e práxis; e as categorias históricas, econômicas e políticas: imperialismo, e capitalismo burocrático. Deste modo, o método nos possibilita compreender a existência humana enquanto processo histórico que se revela na materialidade das relações sociais e a realidade como a unidade dos diversos fenômenos sociais que a compõem em um movimento dialético. O método possibilita a intervenção transformadora da realidade, superação das velhas formas de produção por novas formas que superem a exploração capitalista.

Assim, totalidade remete ao fato de o fenômeno aqui pesquisado localiza-se em determinado contexto histórico, social, político e econômico, em determinada etapa da história humana; a contradição, que segundo Kosik (1976) é a lei fundamental do método dialético implica na divisão entre a aparência e a essência do fenômeno a partir de suas contradições internas. Souza (2014) assim ilustra:

O princípio da contradição é central na apreensão da realidade, pois em todas as coisas existem forças que se opõem e que simultaneamente formam uma unidade. Uma força não existiria sem a outra, como a vitória e a derrota, o frio e o quente, a tristeza e a alegria, o bom e o ruim, etc. (SOUZA, 2014, p.18).

Por isso, essas forças que se opõem geram e desenvolvem os fenômenos. A contradição é, ainda, a categoria metodológica que nos permite compreender que a realidade não está acabada, pronta, mas que é passível de mudanças e pode ser modificada exatamente pelo desenvolvimento dessas contradições.

Por último, ideologia, nas palavras de Marx e Engels (1989, p. 28) “ [...] se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante, as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade.”. Com isso, em especial na

educação, o conteúdo das relações sociais é carregado de ideologia. Enquanto isso, práxis existe enquanto dimensão que relaciona dialéticamente a ideologia e a prática.

Incorremos em pesquisar como o imperialismo (Lênin, 2011; Souza, 2014) e o capitalismo burocrático (Mao Tsetung, 2008; Mariátegui, 2008) são categorias fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, definindo o capitalismo burocrático como o tipo de capitalismo desenvolvido nas semicolônias e o imperialismo a fase atual de desenvolvimento do capitalismo na sua fase monopolista.

Ainda, como o imperialismo articula no campo ideológico pedagogias liberais dos mais diversos campos teóricos que convergem com a manutenção do modo de produção capitalista e define através das agências do imperialismo, principalmente Banco Mundial, UNESCO, FMI, entre outras. O relatório aqui analisado é um claro exemplo dessas orientações do Banco Mundial que incidem diretamente na consolidação de políticas públicas em educação.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Imperialismo e capitalismo burocrático: categorias econômicas fundamentais para a compreensão da realidade brasileira**

As relações sociais e de produção são definidas, no Brasil, pelo atraso decorrente da formação de um capitalismo burocrático atrelado aos ditames do imperialismo. Sobre isto, Mariátegui (1969, p.87) já apontava ao analisar a condição econômica de países da América Latina que “A condição econômica destas repúblicas é, sem dúvida, semicolonial. À medida que cresça seu capitalismo, e em conseqüência, a penetração imperialista, deve acentuar-se este caráter na sua economia”.

Dentro da análise marxista foi Lênin (2011) que definiu o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo. Com isto, o capitalismo passa da dominação do capital em geral para a do capitalismo financeiro, a fusão entre o capital bancário e capital industrial compreendida em cinco características que a definem:

- 1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento, que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2011, p. 218).

Lenin refere-se ao processo em que a produção e o capital se concentram nas mãos dos monopólios e indica o poder das instituições financeiras sobre a economia, permitindo que controlem não apenas o dinheiro, mas também a produção industrial através da fusão entre o capital bancário e o industrial. Mas profundamente, destaca o processo de exportação de capital e expressiva colonização do mundo.

Nesse sentido, Lenin (2011, p. 212) firmemente sustenta a existência, além das colônias, de “[...] formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” e expõe a base fundamental para compreender a semicolonialidade.

Em suas semicolônias, “[...] el imperialismo intenta preservar y perpetuar todas aquellas formas de exploración precapitalista (particularmente en el campo), que son la base de la existencia de sus aliados reaccionarios” (Mao Tsetung, 2008). Nesse contexto, o Brasil é um exemplo profundo da ação imperialista na América Latina, principalmente após os anos de 1930, com o golpe de Vargas que consolidou o Estado Novo (Sodré, 1983, p.245).

A profundidade dessas relações expressou-se diretamente na concepção, execução e manutenção do Regime Militar entre 1964 e 1985, período de recrudescimento da luta de classes no país, principalmente pela ofensiva militar-empresarial financiada pelos Estados Unidos (Saviani, 2008). De tal modo, “[...] o regime militar conseguiu multiplicar a dívida externa por 42 em 21 anos! De 2,5 bilhões no início de 1964, ela passou para 105 bilhões de dólares em 1985” (Arruda, 1999, p. 19). O endividamento, portanto, principalmente nesta fase da crise do capitalismo representou uma das principais formas de domínio do imperialismo.

No entanto, os anos que se seguem a partir da década de 1980 aprofundam a crise do capitalismo. Marx já alertava a este respeito *n’O Capital* ao afirmar que “A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação” (Marx, 2013, p. 640). Na atual condição, o capitalismo encontra-se em uma crise sem precedentes – desde a chama Crise do Petróleo –, que aprofunda a exploração imperialista nos países semicoloniais.

A crise que hoje abate o capitalismo é uma crise estrutural sem precedente: crise de superprodução, existência de grande massa de capital financeiro especulativo (parasitário), choques incessantes entre as políticas imperialistas por meio das guerras comerciais, ofensivas neocolonizadoras sobre as semicolônias e a explosão do desemprego. Esgotou-se o ciclo de crescimento do período pós-guerra e tornou-se necessário substituir a política de gastos do Estado e de seu modelo de desenvolvimento por um outro modelo (neoliberal), incentivando a abertura comercial, a privatização das empresas estatais e a desregulamentação dos direitos trabalhistas (Souza, 2014, p. 117).

O atual nível de crise do capitalismo oriundo de suas próprias contradições constitui uma realidade cada vez mais bruta para a classe trabalhadora no campo e na cidade sob a orientação dos órgãos multilaterais do imperialismo. Por isso, no Brasil, a crise do capitalismo é a crise do capitalismo burocrático como parte da crise de todas as relações capitalistas.

Com o início da década de 1990, através do “Consenso de Washington”, o imperialismo define o neoliberalismo como doutrina econômica e política, uma nova face para a velha exploração capitalista por uma necessidade do próprio capital (Souza, 2014). Acerca do neoliberalismo, Lombardi aponta que “[...] Sinteticamente a formula magica apregoa, sob o comando de uma mídia monopolizada, um Estado mínimo e o máximo de mercado. Essa máxima, para bom entendedor, nada mais significa que o mínimo para o social e o máximo para o capital” (Lombardi, 2016, p. 83).

Assim, o imperialismo transpunha o problema dos déficits públicos não na própria estrutura do capital, mas no Estado, justificando a série de políticas de exploração dos trabalhadores e de obtenção de lucros levadas a cabo.

Por fim, é preciso considerar que para estabilizar essas saídas desenvolvidas pelo imperialismo para o alívio de sua crise, este trabalhou e trabalha intensamente na consolidação de sua ideologia imposta através de suas agências multilaterais (Souza, 2014). As políticas educacionais são um dos alvos fundamentais dessa intensa atividade do imperialismo.

### **As pedagogias do imperialismo e a educação no Brasil a partir de 1990**

A década de 1990 é crucial para compreender os rumos da educação pública brasileira no atual estágio. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien foi realizada em março de 1990, na Tailândia. A Conferência foi financiada pela UNESCO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (BID). Desta ocasião, as políticas em educação associaram ainda mais aos ditames do imperialismo sob novas maquiagens.

Isto, pois as mudanças gestadas no seio do capitalismo, principalmente pela superação do keynesianismo, “[...] reforçou-se a importância da educação escolar na formação desses trabalhadores que, pela exigência da flexibilidade, deveriam ter um preparo polivalente apoiado no domínio de conceitos gerais, abstratos, de modo especial aqueles de ordem matemática” (Saviani, 2013, p. 429). Nesse debate, Frigotto (1995) posiciona-se:

No plano da ordem econômica, os conceitos ou categorias pontes são: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade e qualidade total. No plano da formação humana são: pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, polivalência e formação abstrata. Nesta perspectiva configura-se uma crescente unanimidade do discurso da "modernidade" em defesa da escola básica de qualidade (Frigotto, 1995, p. 55).

As modificações econômicas suscitadas com o neoliberalismo urgiram desenvolver qualidades na classe trabalhadora que a adaptassem à realidade do trabalho, o desenvolvimento de competências, habilidades socioemocionais, competitividade como princípios desse novo trabalhador, que se torne cada vez mais empregável. Quando não, inculcar valores de responsabilização individual sobre seu sucesso ou fracasso e ainda, “acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo [...]” (Saviani, 2013, p. 431).

No campo das pedagogias propagadas pelo imperialismo a partir da década 1990 ressaltamos um fundamento definitivo para a compreensão das ideias pedagógicas imperialistas: o “aprender a aprender”. As ressignificações de velhos lemas das pedagogias liberais, bem como a metamorfose dessas concepções demonstrou-se uma tendência geral do imperialismo após esta década.

As ressignificações dadas ao “aprender a aprender” difundiram-se hegemonicamente após 1996, com a publicação do “Relatório Jacques Delors” publicado pela UNESCO (Duarte, 2011). Nesse contexto, incorporou-se às pedagogias das competências e do neoescolanovismo:

Em correspondência, o neoescolanovismo retoma o lema “aprender a aprender” como orientação pedagógica. Essa reordena, pelo neoconstrutivismo, a concepção psicológica do sentido do aprender como atividade construtiva do aluno, por sua vez objetivada no neotecnicismo, enquanto forma de organização das escolas por parte de um Estado que busca maximizar os resultados dos recursos aplicados na educação. Os caminhos dessa maximização desembocam na “pedagogia da qualidade total” e na “pedagogia corporativa” (Saviani, 2013, p.441-442).

Saviani sintetiza de forma muito clara as pedagogias imperialistas decorrentes das mudanças do fim século XX. Com ênfase no neoescolanovismo e no neoconstrutivismo aborda o “aprender a aprender” como fundamento das propostas pedagógicas do imperialismo. Ainda, ressalta a articulação dessas pedagogias com a busca pela manutenção da qualidade da empregabilidade e extração de lucros futuros, na apropriação de mais-valia.

Por fim, no campo das políticas públicas, essas concepções propagadas e financiadas pelo imperialismo estiveram articuladas, por exemplo, à fundamentação dos Parâmetros

Curriculares Nacionais. Duarte analisando a política, aponta que os PCN's buscam difundir a ideia de:

que o construtivismo teria significado, no cenário educacional brasileiro, a superação das polarizações entre indivíduo e sociedade, entre o psicológico e o sociopolítico no terreno das concepções pedagógicas. Tal superação consistiria na utilização do já mencionado recurso da busca de um meio-termo, de um equilíbrio entre posições opostas ou entre dois polos de uma relação (Duarte, 2011, p. 68).

Desta maneira, propagadas e financiadas pelo imperialismo, efaticamente pelo Banco Mundial e UNESCO, essas tendências pedagógicas ganharam espaço na política pública em educação logo após sua difusão, mas ainda hoje pela implementação de uma Base Nacional Comum Curricular e de uma Reforma no Ensino Médio assentadas na pedagogia das competências.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse sentido, duas coisas nos interessam analisar para esta produção: primeiro, os fundamentos ideológicos e metodológicos do Relatório de Capital Humano Brasileiro, com ênfase ao Índice de Capital Humano (ICH), estabelecido como parâmetro do documento sendo registrado em uma escala de zero a um e, em segundo lugar, as definições e orientações do Banco Mundial para a educação pública brasileira a partir deste documento.

Nesse íterim, o ICH “[...] estima a produtividade esperada de uma criança nascida hoje aos 18 anos de idade, em um contexto onde as condições de educação e saúde permanecem inalteradas. [...] ICHs mais altos hoje significam maior produtividade do trabalho no futuro” (Banco Mundial, 2022, p. 16). Desta maneira, Marx, em *Salário, Preço e Lucro* (1953) sistematizará os fundamentos da acumulação capitalista e apontará que o lucro capitalista se origina em meio à produção, na expropriação do valor do trabalho empregado pelo trabalhador, isto é, na apropriação de mais-valia. Nesta relação, quanto maior a produtividade do trabalhador, mais lucro o capitalista obterá. Portanto, é natural que a posição do Banco Mundial – como expressão da posição do imperialismo – seja a de garantir o desenvolvimento da produtividade no futuro como maneira de garantir seu lucro sob uma perspectiva associada ao neoprodutivismo, conforme já apontávamos no referencial.

Adiante, afirma que “As políticas para construir um Brasil mais forte após a pandemia devem focar nas desigualdades [de ICH], tanto geográficas quanto entre grupos. Os ganhos de produtividade observados entre 2007 e 2019 foram menores entre as pessoas negras e indígenas



[...]” (Banco Mundial, 2022, p. 231). Com isto, recorreremos a Frigotto (1995, p. 41) ao afirmar que o Capital Humano é um grau de educação “[...] tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção [...]”.

Assim, o BM negando as estruturas arcaicas semifeudais e semicoloniais, a exploração imperialista e a própria luta de classes, que definem o país, aponta que as desigualdades são produzidas por maior ou menor capacidade produtiva dos trabalhadores, isto é, a ausência principalmente de uma educação que garanta conhecimentos mínimos e habilidades socioemocionais para adaptação às condições de trabalho do capitalismo no contexto das políticas neoliberais.

Ainda, defende as reformas no Ensino Médio e a instituição da Base Nacional Comum Curricular, ambas associadas às pedagogias do imperialismo, uma expressão do profundo vínculo das políticas em educação com os interesses do Banco Mundial, como expressão do imperialismo.

### **Orientações imperialistas expressas pelo Banco Mundial no campo da educação**

O Banco Mundial para além da análise da situação de acumulação de capital humano, define orientações para a educação pública, no sentido de desenvolver capital humano e organizar a educação sob uma lógica neoliberal. Para os primeiros anos da educação básica orienta ao Governo Federal:

Firmar parcerias entre o setor público, ONGs e o setor privado; Definir diretrizes de licenciamento para padrões mínimos; Providenciar estruturas para controlar, monitorar e regular modelos de gestão conjunta nas escolas; Desenvolver diretrizes curriculares específicas com atividades adequadas à idade, visando fazer cumprir os padrões de qualidade (Banco Mundial, 2022, p. 233) (grifos nossos).

O BM defende a privatização da educação oficializada por meio das PPPs, defende – como faz em outros momentos do texto as reformas curriculares em curso, como a BNCC, voltadas para a aquisição de habilidades e competências e estabelece a importância de se alcançar os padrões de qualidade exigidos pelo imperialismo. Ainda exige aos Estados e Municípios, “Supervisionar e garantir o cumprimento das diretrizes; Organizar redes de compartilhamento de conhecimentos sobre o que funciona em cada território (por exemplo, grupos de trabalho sobre o DPI)” (Banco Mundial, 2022, p. 234), assim, os Estados e



Municípios devem encarregar-se de garantir o cumprimento das diretrizes imperialistas e compartilhar entre si as experiências propostas.

Contudo, as definições se seguem ao tratar das orientações para o ensino fundamental e médio, quando aprofunda as perspectivas neoprodutivas e as associações com a pedagogia das competências. Assim define:

Fornecer uma estrutura para os governos locais implementarem um sistema de alerta precoce [de evasão]; Desenvolver programas que integrem diretamente os jovens ao mercado de trabalho, e que: Incluam treinamento presencial e estágios em empresas locais; Destinem-se a jovens de famílias pobres com baixa escolaridade; Forneçam uma bolsa inferior a um salário mínimo para fins de transporte e alimentação; Adotar um exame nacional para certificar os docentes formados antes do início das atividades em sala de aula; Fornecer uma estrutura para que os municípios e estados identifiquem os pontos fracos dos professores por meio de medidas de desempenho (PISA, IDEB, ENEM) (Banco Mundial, 2022, p. 234) (grifos nossos).

A agência expõe o abandono escolar como um problema, defendendo, por exemplo, que “Jovens que param de estudar deixam de adquirir as habilidades exigidas pelo setor formal e têm maior probabilidade de acabar se conformando com empregos mal remunerados e menos estáveis no setor informal [...]” (Banco Mundial, 2022, p. 183). Ou seja, mesmo que componha o exército de reserva de força de trabalho o trabalhador deve ter inculcado as habilidades e competências exigidas dada as tendências para a competitividade e flexibilidade para a entrada no mercado de trabalho, que compõem o currículo das escolas como defendido pelo imperialismo.

No mais, defende a exploração cada vez mais precoce da força de trabalho da juventude mais pobre e, quanto aos professores, promove a regulamentação docente como forma de controle e adequação dos professores às pedagogias do imperialismo, como é observável através da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a Base Nacional Comum de Formação Docente.

Conforme expressa em suas orientações aos Estados e Municípios ao propor “Incorporar um diagnóstico das necessidades de formação com base em áreas temáticas e nos professores que mais precisam de ajuda; Implementar um sistema de recompensa para os professores de alto desempenho” (Banco Mundial, 2022, p. 235). O “alto desempenho” define-se por seguir à risca as pedagogias neoliberais e o sistema de recompensas propaga esses ideais de competitividade e flexibilidade.

Por fim, há no documento um forte intento em defender o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, como caminhos em direção ao avanço do capital humano no país. Não à toa, o documento concebe que “As mudanças curriculares no ensino médio tiveram o

objetivo de agregar flexibilidade e melhorar as habilidades socioemocionais” (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 180). Esse objetivo traçado já fora exposto concebendo “[...] que os setores dominantes estão atuando no sentido de educar a juventude para a situação de precariedade e vulnerabilidade do mercado de trabalho no Brasil” (MOTTA; LEHER, 2017, p. 253).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui sustentamos o papel fundamental da análise marxista-leninista-maoísta fundada no materialismo histórico dialético para a compreensão das relações sociais e de produção no Brasil. Imperialismo, capitalismo burocrático e as contradições originadas dessas categorias econômicas e políticas definem as dinâmicas de produção do capitalismo internacionalmente e no Brasil define, como país semicolonial, os caminhos políticos e ideológicos

Em decorrência da crise geral do capitalismo, principalmente após a década de 1990, os rumos da educação pública brasileira alinharam-se cada vez mais profundamente às orientações imperialistas através de suas agências multilaterais, como Banco Mundial e UNESCO tanto pela disseminação do neoliberalismo quanto pela urgência de desenvolver qualidades na classe trabalhadora que a adaptassem à realidade cada vez mais bruta do trabalho.

Nesse sentido, ressignificando a Teoria do Capital Humano, que desde a década de 1960 ganhou espaço nas políticas educacionais financiadas pelo imperialismo, o Estado adota o desenvolvimento de competências, habilidades socioemocionais, competitividade como princípios desse novo trabalhador, que se torne cada vez mais empregável. Há então a adoção no campo das ideias pedagógicas de correntes assentadas no “aprender a aprender”, no neoconstrutivismo e no neopragmatismo, que culminam na metamorfose de pedagogias a serviço dos interesses do imperialismo.

Assim, é possível definir, dada as análises do Relatório, que o interesse basilar do imperialismo é o de garantir o desenvolvimento da produtividade dos trabalhadores no futuro como maneira de garantir seu lucro, ou seja, na expropriação do valor do trabalho empregado pelo trabalhador.

Quanto às políticas em andamento, o programa defende as reformas curriculares atuais, como a BNCC e a Reforma no Ensino Médio, cujo os fundamentos estão alinhados com a perspectiva do Banco Mundial – aquisição de competências e habilidades –, além de uma articulação direta com o mercado capitalista numa exploração cada vez mais precoce da força de trabalho da juventude mais pobre. Ainda, se insere diretamente na consolidação de políticas

públicas que se originam nesse relatório, onde os princípios defendidos pelo Banco Mundial estão diretamente associados.

É crucial desvelar os interesses do capital monopolista internacional na educação pública brasileira como parte essencial do julgo imperialista no Brasil. Por isso, as possibilidades de análises concisamente materialistas sobre o tema não se encerram nesse artigo. De tal forma, é relevante que pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a superação dessa sociedade baseada na exploração da classe trabalhadora sigam pesquisando as articulações do imperialismo em todos os campos da sociedade.

## AGRADECIMENTOS

À Mariana, minha esposa e companheira para a vida.

Ao André, meu filho e herói preferido.

À Prof. Marilsa Miranda de Souza, minha orientadora.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Dívida e(x)terna**: para o capital tudo, para o social, migalhas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Capital Humano Brasileiro**: investindo nas pessoas. Washington: 2022.

DUARTE, Newton. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: Navegando publicações, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. Campinas, SP: Navegando publicações, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. Crise do capitalismo e educação: algumas anotações. *In*: LOMBARDI, José Claudinei (org). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG: Navegando publicações, 2016.

MAO TSETUNG. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático**. 2.ed. Lima: Ediciones Alborada, 2008.



MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideologia y política**. Lima: Empresa Amauta, 1969.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MOTTA, Vânia Cardoso da.; LEHER, Roberto. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **RTPS –Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. II, n 03, p. 243-258, jul./dez. 2017.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **História da burguesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.